

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 156

Data: 12.04.85

Pg.: _____

**Garimpeiro denuncia
4468
invasão manipulada**

O Ministério do Interior reconheceu ontem que os garimpeiros expulsos pelos índios Gorotire do garimpo de Maria Bonita no Pará, estavam legalmente autorizados pelo governo para atuar na área e vai designar uma comissão para negociar a reabertura do garimpo com as lideranças indígenas. A informação foi prestada ontem aos próprios garimpeiros, recebidos pelo secretário-geral Maurício Vasconcellos, que recebeu deles um documento sobre a situação e um pedido para afastamento de Nelson Marabuto da presidência da Funai.

Segundo os garimpeiros, durante a invasão de Maria Bonita, dia 1º de abril, por cerca de 200 Gorotire, o delegado da Funai na região, José Maria, foi visto entre os índios usando pinturas de guerra. Este fato, somado ao rompimento repentino de uma convivência pacífica de cinco anos com os índios e ao atraso, por dois meses, do pagamento dos royalties pela Caixa Econômica Federal, levou os garimpeiros à conclusão de que a invasão foi preparada por brancos.

O atraso no pagamento dos royalties devidos aos índios

(17% do total das vendas do ouro), acumulado em Cr\$ 133 milhões nos meses de fevereiro e março, não foi explicado pela CEF. Os garimpeiros estranharão, ainda, que a dívida tenha sido saldada exatamente dois dias após a invasão, quando foram saqueados 47 comércios e incendiados barracos de garimpeiros. Além disso, denunciaram que os índios usavam armas sofisticadas, inclusive importadas.

Acompanhados do deputado Sebastião Curió (PFL/PA) e liderados por Weber Borges e Euripedes Prudente de Moura, os garimpeiros contaram à saída da audiência com Maurício Vasconcellos que cerca de 200 mil pessoas foram afetadas direta ou indiretamente pela invasão indígena. Renderam-se deixando a área, 15 mil garimpeiros.

REIVINDICAÇÕES

A comissão de representantes dos garimpeiros reivindicou ao secretário-geral do Minter os seguintes pontos básicos: retorno imediato ao trabalho, com a pacífica retirada dos índios do local; permanência, na área, dos órgãos governamentais que

administravam o garimpo até a invasão; continuidade do trabalho dos garimpeiros, no local, até a exata demarcação da reserva dos índios Gorotire; indenização dos prejuízos sofridos, em consequência da paralisação e prazo razoável para desocupação da área, compatível com o tempo que lá estão e com o volume de investimentos realizados, se, com a demarcação reclamada, verificar-se que o garimpo se acha dentro da reserva indígena.

O secretário-geral do Ministério do Interior comentou que o Ministério quer administrar este conflito levando em conta o que determina a lei e explicou que a legislação é clara e que o artigo 44 do Estatuto do Índio determina que cabe aos índios explorarem a área onde estão fixados. Segundo ele, somente se os índios autorizarem, torna-se possível que o não-índio explore essa região.

Maurício Vasconcellos falou que está sendo estabelecido um clima de negociação para desarmar os espiritos, eliminar as tensões e voltar ao diálogo com os índios, representantes dos garimpos e poder municipal.